

CENTENÁRIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL DA LÍNGUA PORTUGUESA: CAMINHOS PERCORRIDOS

Celina Márcia de Souza Abbade (UNEB)
celinabbade@gmail.com

Orthographia he scencia de bem screuer
qualquer lingoagem: porque per ella sa-
bemos, com que letras se hão de escrever
as palavras.

(LIÃO, 1576, p. 1)

RESUMO

Até o início do século XX a língua portuguesa ainda se via com uma pluralidade de grafias não padronizadas. Em 1907 a Academia Brasileira de Letras decide aprovar uma reforma ortográfica que ficou limitada praticamente às publicações da própria Academia. No ano de 1910 em Portugal, com a implantação da república, foi nomeada uma comissão para estabelecer uma ortografia simplificada que só foi oficializada em 1911. Essa reforma foi profunda e modificou completamente o aspecto da língua escrita. Apesar de também haver resistência em Portugal pelas reformas ocorridas, foi o Brasil quem mais resistiu. A partir daí, os dois países ficaram com ortografias completamente diferentes: Portugal com uma ortografia reformada e o Brasil com a velha ortografia, ainda com influências etimológicas. Mas no ano de 1915 a Academia Brasileira de Letras consegue finalmente assemelhar a sua ortografia com a portuguesa. Apesar de esta resolução ter sido revogada já em 1919, o ano de 1915 foi o marco da busca de um acordo de unificação ortográfica da língua portuguesa. Assim, a partir desse ano, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras começaram a buscar uma ortografia comum. Daí em diante, muitos acordos e desacordos ocorreram até hoje, com uma proposta de unificação para todos

os países lusófonos. Foi na sessão de 11 de novembro de 1915, que Portugal toma conhecimento de que a Academia Brasileira aprovou, quase que por unanimidade, a proposta de Silva Ramos, para harmonizar a reforma brasileira de 1907 com a portuguesa de 1911, desaparecendo, por parte da Academia Brasileira, as diferenças que separavam a grafia da língua portuguesa desses países. Pretende-se aqui homenagear a nossa língua nesse centenário de início da unificação ortográfica oficial da língua portuguesa.

Palavras-chave: Ortografia. Língua portuguesa. Centenário. História.

1. Apresentação

Originada do grego *orto* ‘reto, direito, correto, normal’ + *grafia* ‘representação escrita de uma palavra’, ortografia é o conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que ensina a grafia correta das palavras.

A língua portuguesa, desde o seu surgimento, passou por diversas possibilidades ortográficas de acordo com os critérios utilizados à época. Na verdade, até o século XVI, predominava a ortografia fonética e cada indivíduo tinha a liberdade de escrever conforme falava. O surgimento da topografia no século XVI, de certa forma, contribuiu para uma regularização ortográfica.

Apesar de vários países terem a língua portuguesa como língua oficial, a busca por uma regularização ortográfica sempre foi pleiteada entre Portugal e Brasil. A cada dia, a necessidade de uma regularização da ortografia, ia crescendo entre os falantes lusófonos. Mas não foi nada fácil, os desacordos sempre predominavam aos acordos. Assim, pelo menos até 1915, Portugal e Brasil não conseguiram chegar a um consenso.

O que se pretende aqui é fazer uma trajetória ortográfica da língua portuguesa, mostrando que, mesmo querendo, é difícil ceder às mudanças. Mas, para se fazer um acordo, sempre alguém tem que ceder. E como Portugal e Brasil não

se entendiam e nem cediam, o acordo pretendido se quebrava sem ao menos ter se instaurado.

O centenário anunciado no título, nada mais é do que a lembrança do período em que finalmente, mesmo repleto de desavenças, Portugal e Brasil concordaram que precisavam ter uma ortografia unificada. Eles até tentaram, mas não foi nada fácil.

A seguir, apresentar-se-á uma síntese dessa epopeia ortográfica protagonizada por Portugal e Brasil como uma forma de homenagear a língua portuguesa nesse centenário de início de uma unificação ortográfica oficial.

2. De onde viemos

Sabe-se que a língua portuguesa é de origem latina, logo, uma língua românica. Sua formação se deve a inúmeros traços linguísticos deixados por um latim ibérico que se formou por volta de dois séculos a.C. quando os romanos desembarcaram na Península Ibérica e conquistaram essa região. Na Península Ibérica, a língua portuguesa foi se formando juntamente com outras línguas originadas do latim hispânico como: galego, castelhano, catalão etc.

O século XVI foi o marco das investidas marítimas em busca de novas terras. Na América, portugueses e espanhóis, principalmente, iniciavam suas conquistas com interesses predominantemente políticos e econômicos. Mais uma vez, a língua e a cultura desses povos penetravam nas regiões invadidas assim como os romanos já haviam feito na Europa.

Atualmente a comunidade lusófona está espalhada pelos diversos continentes do planeta: na Europa, Portugal que deu início à formação da língua; de lá, ela se espalhou pelo Brasil na América do Sul; no continente africano foi a vez de Ango-

la, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, e ainda Macau e Timor Leste, em Goa, no Oriente.

3. *Para onde vamos: caminhos percorridos na busca da unificação*

Tentar unificar uma língua, seja ela em qualquer perspectiva, é tarefa deveras almejada, porém praticamente impossível. Com relação à ortografia, que é o foco desse artigo, até o início do século XX a língua portuguesa, diferente de outras línguas românicas, ainda se via com uma pluralidade de grafias não padronizadas porque nenhum acordo satisfazia os dois lados da moeda: Brasil e Portugal. Os demais falantes, por serem minoria, se pronunciaram menos ou quase nada.

O processo de formação da língua portuguesa pode ser dividido em duas fases:

- **Fase Arcaica** – entre os séculos XII e XVI, perdurando a confusão ortográfica (minha – mia/mha/mya; hoje – oje/oye/ oie)
- **Fase Clássica** – a partir do século XVI, com *Os Lusíadas* de Camões. É nessa época que surge a primeira gramática da língua portuguesa. Escrita pelo padre Fernão de Oliveira, é publicada a *Grammatica da linguaagem portugueza* (OLIVEIRA, 1536). Nessa fase, apesar de já haver um sistema ortográfico regular, ainda existiam muitas variantes na grafia porque predominava a grafia fonética.

Essas fases permeiam três períodos:

- Período **fonético**: dos primeiros documentos até o séc. XVI. Baseado na pronúncia, ou seja, na relação som/letra. Como existem diversas possibilidades de se

fazer essa relação, a ortografia não tinha como se unificar dessa maneira.

- Período **pseudoetimológico**: do século XVI ao início do século XX. Nesse período, além da grafia fonética, buscou-se justificar a grafia vernácula através de seus antecedentes clássicos: grego e latim. Apesar de não se estabelecer a etimologia com exatidão por não conhecê-la à época (daí o nome pseudoetimológico), esse período foi um passo histórico visando sustentar o sistema gráfico. Originalmente teorizada por Duarte Nunes Leão na sua *Orthographia da lingua portuguesa* (1576), seu apogeu se deu somente no século XVIII com a obra de Madureira Feijó, *Orthographia, ou Arte de Escrever, e pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa* (1734).
- Período **histórico-científico** (simplificado): esse período vai do início do século XX com a publicação da *Orthografia Nacional* de Gonçalves Viana (1904), aos dias atuais. Estava baseado nos dois sistemas ortográficos vigentes: Portugal e Brasil.

No século XVI, enquanto a escrita ainda era fonética e cada um escrevia conforme falava, vale ressaltar as contribuições de Duarte Nunes Leão. Escritor de várias obras, compõe material deveras valioso para aqueles que se interessam pelo estudo do latim e das mudanças que nele ocorreram ao longo do tempo e dos contatos linguísticos, dando origem às línguas românicas.

As obras de Duarte Nunes do Leão foram publicadas em Lisboa, uma em 1576 (*Orthographia da Língua Portuguesa*) e outra em 1606 (*Origem da Língua Portuguesa*). Em 1784 essas obras foram reeditadas, só que dessa vez elas foram unidas. O autor teve o cuidado de manter a mesma originalidade da primeira edição, respeitando não só a ortografia, como a

mesma pontuação, para que os estudiosos da língua pudessem recorrer a essa segunda edição, tendo a certeza de que estão buscando a antiga obra desse desembargador e sábio português que tanto contribuiu para o estudo histórico da língua portuguesa. A primeira das regras gerais da obra de Duarte deixa claro que a escrita da época enfatizava a fonética:

REGRAS GEERAES- Regra I- Do que tractei em parricular da força e natureza de cada letra, podemos inferir a primeira regra da orthographia Portuguesa: que assi hemos de escreuer, como pronunciamos, e assi hemos de pronunciar, como escreuemos. (LIÃO, 1576, p. 108)

Desde o século XVII (1779) já existia em Portugal a Academia das Ciências de Lisboa. Em 1857, Machado de Assis funda no Rio de Janeiro, juntamente com alguns companheiros, a Academia Brasileira de Letras. A partir daí, cria-se um espaço para se discutir a língua portuguesa. Mas, em relação à ortografia, o português lusitano continuou com uma ortografia oficial diferente do português brasileiro.

Somente a partir do século XX é que surgem trabalhos que visavam normalizar a ortografia portuguesa de forma mais ampla. Pode-se dizer que o mais completo deles foi apresentado em 1904 pelo foneticista e ortógrafo lusitano Aniceto dos Reis Gonçalves Viana: *Ortografia Nacional. Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Essa obra, juntamente com o *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa* (1909) do mesmo autor, serviria de base para quaisquer reformas posteriores no campo da ortografia. Elas formaram a base para a reforma oficial da ortografia portuguesa de 1911 na qual o próprio Gonçalves Viana foi o relator da Comissão.

A reforma simplificadora de 1904 recebeu no Brasil a aprovação de Silva Ramos representando a Academia, e, no magistério, a acolhida de Mário Barreto, Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Clóvis Monteiro e Jaques Raimundo, den-

tre outros, citando apenas alguns dos mais representativos professores do Rio de Janeiro à época.

Em 1907 a Academia Brasileira de Letras decide por aprovar uma reforma ortográfica simplificada para ser utilizada principalmente nas suas publicações. Essa reforma ficou limitada praticamente às publicações da própria Academia.

No ano de 1910 em Portugal, com a implantação da república, foi nomeada uma comissão para estabelecer uma ortografia simplificada: Carolina Michaelis de Vasconcelos, Aniceto do Reis Gonçalves Viana, Antônio Cândido de Figueiredo, Francisco Adolfo Coelho, José Leite de Vasconcelos.

Essa reforma – a primeira oficial em Portugal – foi profunda e modificou completamente o aspecto da língua escrita, mas só foi oficializada em 1911¹. Na primeira sessão, em 15 de março de 1911, a comissão decide convocar mais seis membros: Augusto Epifânio da Silva Dias, Manoel Borges Grainha, Antônio José Gonçalves Guimarães, Júlio Moreira, José Joaquim Nunes, Antônio Garcia Ribeiro de Vasconcelos.

Essa seria a primeira reforma oficial em Portugal. Foi profunda e modificou completamente o aspecto da língua escrita naquele país com uma ortografia reformada, tomando como base a obra de Gonçalves Viana (1904). Essa reforma ignorou os aspectos linguísticos do Brasil que, por isso, foi contra o acordo. Os demais países não se pronunciaram.

Apesar de também haver resistência em Portugal pelas reformas ocorridas, foi o Brasil quem mais resistiu. A partir daí, os dois países ficaram com ortografias completamente diferentes: Portugal com uma ortografia reformada e o Brasil com a velha ortografia ainda com influências etimológicas.

¹ Publicada no *Diário do Governo*, n.º 213, 12 de setembro de 1911.

4. 1915: o marco na busca de um acordo de unificação ortográfica entre Portugal e Brasil

Todo e qualquer sistema ortográfico é sempre uma convenção, um combinado, um acordo, de natureza político-cultural. A necessidade de uma ortografia portuguesa regular surge com a sua escrita. Nesse sentido, muito se discutiu acerca da unificação ortográfica portuguesa, mas só em 1911 iniciou-se uma ação governamental com esse propósito, partindo de Portugal, mas com a resistência do Brasil.

Em 1915, na sessão de 11 de novembro, Portugal toma conhecimento de que a Academia Brasileira aprovou, quase que por unanimidade, a proposta do acadêmico Dr. Silva Ramos, no sentido de harmonizar a reforma brasileira de 1907 com a portuguesa de 1911, desaparecendo, por parte da Academia Brasileira, as diferenças insignificantes, que separavam a língua portuguesa desses países.

E finalmente no ano de 1915 a Academia Brasileira de Letras consegue assemelhar a sua ortografia com a portuguesa. A partir desse ano, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras começam juntas a buscar uma ortografia comum. Apesar de essa resolução ter durado tão pouco e ter sido revogada já em 1919, o ano de 1915 foi o marco da busca de um acordo de unificação ortográfica entre esses países.

5. A busca continua

Em 1924 Portugal e Brasil recomeçam a procurar uma grafia comum, mas não chegam a um acordo. Mais adiante, em 1929, a Academia Brasileira de Letras altera as regras de escrita baseada na etimologia e retoma o caminho da simplificação.

Em 1931 ocorre um retorno à ortografia portuguesa de 1911 que duraria três anos. Por iniciativa de ambas as Academias, foi aprovado o primeiro Acordo Ortográfico entre Brasil e Portugal. A iniciativa foi da Academia Brasileira que recebeu a aprovação da Academia das Ciências de Lisboa².

Mais uma vez, agora em 1934, a Constituição Brasileira revoga o acordo de 1931 e retorna ao passado, ou seja, a “ortografia” voltará então a ser “orthographia”. Essa decisão só vai ser revista em 1943 pela Convenção Luso-Brasileira que retoma o acordo de 1931, sendo redigido o *Formulário Ortográfico de 1943*.

Em 1945 ocorre uma tentativa de retorno à etimologia por parte de Portugal e a recusa do Brasil: *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1945* ou *Acordo Ortográfico de 1945*³. Dessa forma, mais uma vez, um novo Acordo Ortográfico torna-se lei em Portugal, mas não no Brasil por não ter sido ratificado pelo Governo; os brasileiros continuam a regular-se pela ortografia do Vocabulário de 1943. Mais adiante, no ano de 1971, o governo português cria um decreto do governo alterando algumas regras da ortografia de 1943.

Em 1973 Portugal realiza alterações que são promulgadas, reduzindo as divergências ortográficas com o Brasil e, em 1975, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras elaboram novo projeto de acordo, que não é aprovado oficialmente.

No Rio de Janeiro, em 1986, ocorre um encontro dos países de língua oficial portuguesa para impulsionar um novo *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*. Dessa reunião, os sete países de língua portuguesa organizam as *Bases Analíticas da Ortografia Simplificada da Língua Portuguesa* (1945),

² Publicado no *Diário do Governo*, n.º 120, I Série, 25 de maio de 1931

³ Decreto n.º 35.228 no *Diário do Governo*, 8 de dezembro de 1945.

renegociadas em 1975 e consolidadas nesse encontro em 1986. Mas nunca chegaram a ser implementadas.

6. O novo acordo ortográfico

A Academia das Ciências de Lisboa convoca novo encontro em 1990. Em Lisboa, representantes das duas Academias debatem uma unificação ortográfica, elaborando a base do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa que está hoje contemplada em lei: o *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, previsto para entrar em vigor em 01 de janeiro de 1994, mas que até os dias atuais continua sendo discutido e cada país toma uma atitude diferente. O novo texto, bem menos problemático que o de 1986, teve dois grandes objetivos: fixar e delimitar as diferenças entre os falantes da língua portuguesa e criar uma comunidade com uma unidade linguística expressiva para ampliar o seu prestígio internacional. Com isso, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 tinha como pretensão unificar a ortografia do português para ser aplicado nos oito países que integram a CPLP- Comunidade dos países de língua portuguesa: Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Os membros desse acordo, representantes de todos os países foram: Filipe Silvino de Pina Zau em Angola; Antônio Houaiss e Nélide Piñon no Brasil; Gabriel Moacyr Rodrigues e Manuel Veiga em Cabo Verde; António Gil Hernández e José Luís Fontenla na Galícia como observadores; António Soares Lopes Júnior e João Wilson Barbosa em Guiné-Bissau; João Pontífex e Maria Eugénia Cruz em Moçambique; Américo Dona Costa Ramalho, Aníbal Pinto de Castro, Fernando Cristóvão, Fernando Roldão Dias Agut, João Malacca Casteleiro, José Tiago d'Oliveira, Luís Filipe Lindley Cintra, Manuel Jacinto Nunes, Maria Helena Dóna Rocha Pereira e

Vasconcelos Marquis em Portugal e Albertino dos Santos Bragança e João Hermínio Pontífex em São Tomé e Príncipe.

Esse novo acordo previa inúmeras vantagens: possibilitar a comunicação diplomática entre os países lusófonos; aumentar a difusão da cultura entre os países envolvidos; estabelecer a língua portuguesa como língua de cultura, ampliando seu prestígio junto às Instituições Nacionais; permitir que as obras escritas possam ser vendidas em todos os países lusófonos; favorecer o intercâmbio de materiais didáticos.

Mas, em cada país, o acordo sofreu algumas mudanças: em Cabo Verde, no ano de 1998, foi assinado um *Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*. Esse protocolo teve como objetivo retirar do texto original a data para a sua entrada em vigor. São Tomé e Príncipe, em 2004, aprova um *Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico*. Esse protocolo apoiava a necessidade de ratificação por apenas três membros para que o Acordo Ortográfico de 1990 entrasse em vigor nesses países, ao invés da exigência de que houvesse a concordância de todos. O Acordo entrou em vigor no Brasil a partir de 01 de janeiro de 2009, enquanto que, em Portugal, somente no dia 13 de maio desse ano.

Mesmo em vigor foi prevista uma fase de transição em que as normas anteriores ainda fossem aceitas como oficialmente válidas. O fim desse período terminou em Portugal em 13 de maio de 2015. No Brasil, está previsto para 31 de dezembro de 2015, após várias remarcações.

7. Considerações finais

A língua de Camões tem se espalhado pelo mundo desde os séculos XV e XVI, juntamente com a construção e expansão do Império Português, que ultrapassou os limites europeus, chegando aos Açores, Japão, China, costa africana e Brasil. Há hoje cerca de 240 milhões de falantes de português

no mundo: Brasil (190 milhões), Moçambique (20 milhões), Angola (17 milhões), Portugal (11 milhões), Guiné-Bissau (1,5 milhões), Timor (1 milhão), Cabo Verde (0,5 milhões), S. Tomé e Príncipe (152 mil).

Nesse cenário, por mais que se tente, não existe nem existirá uma ortografia perfeita, pois a escrita, nada mais é do que uma tentativa de representar a fala. Ora, ninguém consegue escrever conforme fala. A fala é real e dinâmica, ao passo que a escrita é artificial e estável. Escolher a “letra correta” na hora de escrever é tarefa que exige memorização e prática. E, por acaso, você conhece alguém que nunca se equivocou? Que atire a primeira pedra, quem nunca se equivocou...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA Brasileira de Letras. *Pequeno vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

BARBOSA, J. S. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1882. Disponível em: <http://purl.pt/128/3/1-296-v_PDF/1-296-v_PDF_24-C-R0072/1-296-0000_capa-guardas2_t24-C-R0072.pdf>. Acesso em: 12-08-2015.

BECHARA, E. O congresso brasileiro e a unificação ortográfica. In: ELIA, S. (Org.). *Na ponta da língua*, 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

BRASIL. Decreto n. 54, de 21 de abril de 1995. Dispõe sobre a aprovação do texto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. *Diário do Congresso Nacional [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, seção 2, p. 5837-5879, 1995.

BUESCU, M. L. C. *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

FIGUEIREDO, C. de. *A ortografia no Brasil: história e crítica*. 3. ed. Lisboa: Clássica, 1929.

GONÇALVES, M. F. *Madureira Feijó, ortografista do século XVIII: para uma história da ortografia portuguesa*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

GONÇALVES, R. *Tratado de ortografia da língua portuguesa*. Prefácio de Ribeiro Couto. Coimbra: Atlântica, 1947, p. xxxii-xxxiii.

LEAO, Duarte Nunes de. *Orthographia da lingoa portuguesa: obra vtil & necessaria assi pera bem screuer a lingoa hespanhol como a latina & quaesquer outras que da latina teem origem*. Lisboa: João de Barreira. 1576.

LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da língua portuguesa*. Lisboa: José Pedro Machado, 1945.

NEVES, M. H. M. Um painel do Acordo: As idas e vindas das questões políticas que envolveram a unificação da nova grafia. *Revista Língua Portuguesa: guia da nova ortografia*. São Paulo: Segmento, número especial, abril, p. 26-28, 2009.

NUNES, J. J. *Compêndio de gramática histórica portuguesa: fonética e morfologia*. 6. ed. Lisboa: Clássica, 1960.

PORTUGAL. Protocolo de Acordo de 1986. Disponível em: <<http://queremosportugues.multiply.com/journal/item/21>>.

Acesso em: 02-08-2015.

VIANA, A. R. G. *Ortografia nacional: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Lisboa: Viúva Tavares Cardoso, 1904.

VIANA, A. R. G. *Vocabulário ortográfico e ortoépico da língua portuguesa conforme a ortografia nacional do mesmo autor*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1909.